



Partidos políticos e representação política em municípios pequenos no Brasil: um estudo sobre a percepção dos vereadores do município de Glaucilândia - MG

Political parties and political representation in small municipalities in Brazil: a study on the perception of councilors in the municipality of Glaucilândia - MG

Marcela Pimenta Araújo de Assunção¹

Resumo: Este estudo trata dos partidos políticos e representação política em municípios pequenos a partir do caso do município de Glaucilândia. O objetivo geral foi compreender a percepção do legislativo local acerca da representação política, dos partidos políticos e da vereança no município de Glaucilândia – MG, no período de 2008 a 2020. A coleta de dados se deu por meio de fontes secundárias e com o desenvolvimento de pesquisa de campo com dez vereadores, utilizando a técnica da entrevista semiestruturada. Observa-se na fala dos entrevistados que o exercício diário de um representante político está em conformidade com o que se esperava na perspectiva da relação representante/representado. A percepção dos partidos políticos é fortemente associada às regras do jogo eleitoral para competição e obtenção de recursos que favoreçam a candidatura. A representação na Câmara, no período, foi exclusivamente masculina, salvo a presença de uma mulher na primeira legislatura pós-emancipação do município. Implicitamente entre os entrevistados prevalecem, na relação entre representantes e representados, os modelos clientelista e assistencialista.

Palavras-chave: Representação política, Partidos, Vereadores.

¹ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. E-mail: marcelabo.glauc@hotmail.com

Artigo submetido em: 26 de maio de 2023.

Artigo aceito em: 07 de junho de 2023.



Abstract: This study deals with political parties and political representation in small municipalities based on the case of the municipality of Glaucilândia. The general objective was to understand the perception of the local legislature about political representation, political parties and city council in the municipality of Glaucilândia - MG, from 2008 to 2020. Data collection took place through secondary sources and with the development field research with ten councilors, using the semi-structured interview technique. It is observed in the speech of the interviewees that the daily exercise of a political representative is in accordance with what was expected from the perspective of the representative/represented relationship. The perception of political parties is strongly associated with the rules of the electoral game for competition and obtaining resources that favor the candidacy. Representation in the Chamber, in the period, was exclusively male, except for the presence of a woman in the first post-emancipation legislature of the municipality. Implicitly among the interviewees, the clientelistic and welfare models prevail in the relationship between representatives and represented.

Keywords: : Political representation, Parties, Councilors.

Introdução

Existe certo consenso entre pesquisadores do campo político de que os estudos sobre o Legislativo no Brasil têm crescente avanço nos últimos anos, ressalva ainda Lopez e Almeida (2017) que o sistema político não tem recebido esforços suficientes para se investigar o funcionamento dos legislativos locais e as relações entre parlamentares e eleitores. Quando vista a relevância dessas produções acadêmicas, pesa o fato de que, grande parte dessas produções são direcionadas para o Legislativo Federal e em pequena escala aos entes estaduais. A representação política local/Legislativo municipal ainda é pouca estudada.

É principalmente nos municípios que ações e serviços públicos são entregues, pois são neles que as pessoas residem e isso faz com que a atuação dos vereadores, a forma como veem a política, especialmente o exercício da vereança seja um importante objeto de estudo.

O objetivo deste artigo é compreender o cenário da representação política no município de Glaucilândia-Minas Gerais e como no entendimento dos vereadores entrevistados, se executa no dia a dia uma representação política, partidos políticos e o exercício da vereança. Glaucilândia foi escolhida como local do estudo por não existirem produções acadêmicas que contemplem a política local do município. A população estimada em 2021 de 3.177 habitantes integra os 1.301 municípios brasileiros que têm até 5 mil habitantes, uma das categorias entre os considerados de pequeno porte que vão até 50 mil habitantes (IBGE, 2021).

Metodologicamente, os caminhos percorridos foram: uma revisão de literatura sobre representação política e partidos políticos em municípios pequenos, a coleta de dados junto ao Instituto brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ao Tribunal Regional Eleitoral – TRE, e ao Tribunal Superior Eleitoral – TSE. O acesso a essas fontes cumprem com o objetivo de caracterizar brevemente o município e tratar da representação política até a eleição municipal de 2020, com a informação dos eleitos e seus partidos. Posteriormente, apresenta-se a percepção de 10 vereadores sobre representação, partidos políticos e a atuação na Câmara Municipal no período de 2008 a 2020. As entrevistas foram realizadas por meio da técnica de entrevista semiestruturada a partir do consentimento do vereador ou ex-vereador em participar da pesquisa.

Observou-se que partidos que lideraram o *ranking* nas eleições municipais nos períodos estudados são os mesmos que venceram eleições no município de Glaucilândia. E a avaliação se construiu no que de fato para os vereadores entrevistados é a prática diária no exercício de suas funções como representação política, observando-se que essa atuação se prende aos modelos clientelistas e assistencialistas.

Representação Política e Partidos Políticos

O conceito de representação foi amplamente analisado por Hanna F. Pitkin (1967) quando observa um núcleo consensual do termo representação. A autora conclui que o termo representação está ancorado na díade presente/ausente: “o sentido básico de representação é tornar presente alguma coisa que, apesar de tudo, não está literalmente presente” (PITKIN, 1979, p. 20 *apud* LOUREIRO, 2009).

Segundo Loureiro (2009), o conceito de representação em Pitkin aponta para uma atividade de agir por outros, um agir substantivo por outros. Nessa formulação, são perceptíveis duas dimensões: a equivalência entre representante e representado (ou seja, a relação entre representante e representado deve ser recíproca e não unilateral); e a exigência paradoxal de que a pessoa substituída pelo representante esteja de alguma forma presente.

A literatura sobre representação política reflete, entre outros aspectos, sobre a relação que se estabelece entre representantes e representados e como essas relações imprimem determinadas características no exercício dos mandatos. Evidencia-se que “[...] o processo legislativo e seus produtos dependem não somente do desenho institucional dos municípios, mas também do perfil dos atores políticos que intervêm sobre ele, bem como suas estratégias, interesses, preferências coletivas e individuais”. (MARTINS, 2015, p. 188).

Outra discussão fortemente associada à representação política se dá por meio da chave partidos políticos. No decorrer da história, partidos foram substanciais para se obterem um funcionamento coeso e manutenção de uma representação democrática. Contudo, como salienta Mendonça (2008), na denominada (pós)modernidade, os partidos são fontes de questionamentos em relação à sua efetividade, especialmente acerca da representação política.

Participando dessas reflexões, Mair (2003) elabora uma argumentação sobre partidos e como se organizam na atualidade. Segundo esse autor:

[...] devido a uma série de razões, incluindo mudanças na natureza da democracia, bem como mudanças tanto nos próprios partidos como na sociedade, em geral, os partidos dão-se conta da sua crescente incapacidade para funcionarem como agentes de representação (MAIR, 2003, p. 278).

O debate sobre as funções dos partidos políticos na contemporaneidade tem mobilizado muitos cientistas e essas instituições, na visão de Mair, perderam o monopólio da representação que outrora tiveram. Mas se nota que se trata de um debate em curso, pois outros cientistas igualmente renomados seguem a perspectiva de Mainwaring; como Torcal (2005) que afirma a importância dos partidos como representantes, também a relevância do enraizamento dessas instituições para as sociedades democráticas.

Ao realizar um balanço dos cem anos de literatura sobre a organização dos partidos políticos e ao focar no caso brasileiro, Amaral (2013) afirma que, no Brasil, ainda há pouco conhecimento sobre como se estruturam os partidos pós-regime militar. Nessa revisão, o autor sugere que é possível distinguir a literatura em dois blocos: um mais centrado no Partido dos Trabalhadores- PT, sua origem, primeiros anos de atuação, suas singularidades e transformações; um segundo bloco que, mesmo considerando o PT, aborda os demais partidos, como o Partido da Social da Democracia Brasileira-PSDB, Partido da Frente

Liberal-PFL, atual Democratas-DEM, e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB – que atualmente assumiu o nome de origem, MDB.

Amaral (2013), apresentando as conclusões de Ferreira (2002), aponta que o processo de formação e de estruturação do PMDB no período da transição para a democracia resultou em um arranjo interno muito mais descentralizado do que o PFL/DEM. E, ainda, que PFL/DEM tem uma elite mais coesa e com mais comprometimento com a tarefa de fortalecer o partido no plano nacional. Mainwaring (2001) afirma que PMDB, PFL/DEM, PSDB estão mais próximos do modelo *cath all* de partido. Amaral (2013), citando Panebianco (2005) onde o mesmo aponta as principais características do partido *cath all*. São elas segundo o autor:

[...] a) papel central exercido pelos profissionais; b) eleitoralismo, laços organizativos verticais fracos; c) predominância dos representantes públicos; d) financiamento por meio de grupos de interesse e fundos públicos; e) ênfase em questões de amplo apelo eleitoral. (AMARAL, 2013, p. 16 *apud* PANEBIANCO, 2005).

Maciel, Alarcon e Gimenes (2017, p. 17) sugerem que “o espectro ideológico classifica diferentes posições políticas entre dois polos que se distinguem: a direita e a esquerda”. Os termos que inicialmente eram usados para distinguir conservadores e liberais na assembleia durante a Revolução Francesa, no final do século XVIII, ganha na modernidade novos significados, dependendo das conjunturas políticas do lugar. Na atualidade, grande parte de democracias consolidadas possuem um partido grande com predominância à direita e outro em mesma proporção à esquerda.

A divisão direita e esquerda no Brasil, analisada por Singer (2002), aponta que não se trata de igualdade como em países capitalistas centrais, mas dos meios para alcançá-la. A direita reforça a autoridade do Estado para promoção de igualdade de forma a não se contraírem prejuízos à ordem; a esquerda contesta a autoridade do Estado quando ele reprime movimentos e políticas igualitárias apesar de demandar em suas funções redistributivas. Tarouco e Madeira (2013, p. 151) analisam que “o significado que vincula a defesa da igualdade social, herdeira de princípios socialistas, com a esquerda, e a defesa do livre mercado capitalista com a direita, parecem ter sobrevivido aos rearranjos mundiais do final do século XX”.

Representação política em municípios pequenos

Contribuindo para elucidar como se dá a representação política em nível local, Lopez e Almeida (2017) apresentam um estudo com entrevistas a vereadores que permitem a classificação das estratégias desenhadas por eles em três modelos típico-ideais de vereança:

- **Legislador:** que enquadra o vereador que se dedica à atividade institucional, encaminha demanda dos eleitores aos órgãos responsáveis e só excepcionalmente atende.
- **Captador:** é aquele que se dedica à captação de recursos para atendimento de demandas coletivas;
- **Assistencialista:** é aquele que atende sistematicamente a pedidos particulares.

Quatro modelos teóricos são descritos na literatura, que são referências para Lopez e Almeida (2011), como formas de representação:

- **Partidário:** “o principal mecanismo de agregação de interesses são os partidos políticos, cuja função primordial é identificar os interesses majoritários entre os eleitores e expressá-los na forma de programas de governo.” (LOPEZ; ALMEIDA, 2011, p. 9);
- **Pluralista:** “formação espontânea de grupos de indivíduos com interesses em comum e que almejam, por meio da sua organização, influenciar decisões políticas, mas sem entrar na disputa eleitoral pelo controle do governo. Multi-interesses, exerce pressão sobre seus representantes eleitos pela instituição ou pela mobilização pública” (LOPEZ; ALMEIDA, 2011, p. 9);
- **Corporativista:** “os grupos não são espontâneos nem fragmentados – eles são poucos, têm abrangência nacional e expressam interesses econômicos, de classe. O

acesso desses grupos ao sistema político dá-se de forma institucionalizada” (LOPEZ; ALMEIDA, 2011, p.10);

- Clientelista: “não há agregação dos interesses, que têm natureza essencialmente particular, sendo ou individuais ou comuns a número reduzido de indivíduos, geralmente da mesma localidade” (LOPEZ; ALMEIDA, 2011, p.10).

Kerbaux (2005, p. 350) afirma “existir certo consenso quanto à caracterização de que, no Brasil, a política local é predominantemente clientelista”. A base das relações são ações informais que atendem aos seus eleitores de forma individual em troca de favores, distanciando de atribuições formal e institucional. Vale retomar uma afirmação de Nunes (1997, p. 40) em que o clientelismo é descrito como: “um sistema de controle do fluxo de recursos materiais e de intermediação de interesses, no qual não há número fixo ou organizado de unidades constitutivas”. Nessas afirmações, percebe-se como o clientelismo pode ser ampliado, ganhando corpo na sociedade em geral.

Caracterização do município de Glaucilândia- MG

O município de Glaucilândia está localizado no norte do estado de Minas Gerais. Segundo o IBGE (2021), no último censo realizado em 2010, a cidade possuía uma população de 2.962 pessoas, sendo estimada para 2021 uma população de 3.177 habitantes. Segundo o TSE (2021), o município tem 3.676 eleitores no município. Mesmo o censo do IBGE sendo uma referência em relação aos dados sobre população, fica clara a discrepância entre moradores e eleitores, e uma das possíveis explicações para essa diferença é o fato de o último censo realizado pelo IBGE ter sido em 2010 além do fato de pessoas que não moram mais na cidade, mas ainda votarem no município. .

A principal atividade econômica do município se baseia em trabalhadores rurais e autônomos e servidores públicos municipais.

A trajetória política do pequeno município de Glaucilândia ganha contornos no ano subsequente à sua emancipação, em 1995. Em 3 de outubro de 1996, o povo glaucilandense

manifestou seu direito de escolha dos seus representantes. A disputa pelo executivo se deu entre Marcelo Ferrante Maia (PPB) e Jurandir Rodrigues César (PL), sendo eleito o candidato do PPB, membro de uma família tradicional da cidade.

A instalação da Câmara Municipal ocorre no dia 1º de janeiro de 1997 com os nove vereadores eleitos e cujos partidos são descritos no Quadro 1.

Quadro 1 - Resultado da Eleição Legislativa de Glaucilândia, 1996

Eleitos	Partidos Políticos
Rosângela Maria de Souza	PDT
Antônio Augusto da Cruz/	PRP
Jeziel Quadros de Carvalho	PPB
Alzira Alves de Freitas	PMDB
Adilson Ferreira da Silva	PRP
Genésio de Brito Neto	PSDB
Domingos Martins de Freitas	PSD
Marildo Caldeira dos Santos	PPB
José Arnaldo da Cunha	PPB

Fonte: TSE, 1996

Nas eleições do ano de 2000, o candidato a prefeito eleito foi o Sr. Jurandir Rodrigues César (PMDB) juntamente com o seu vice, o Sr. Cláudio César de Carvalho, antes vice de Marcelo Ferrante Maia (PP) (TSE, 2000). Considerando a temática do trabalho com foco na vereança, serão apresentados em quadros os vereadores eleitos e partidos em cada pleito eleitoral.

Quadro 2 - Resultado da Eleição Legislativa de Glaucilândia, 2000

Eleitos	Partidos Políticos	Coligação
Adilson Ferreira da Silva	PSDB	PSDB/PFL
Gilberto Costa Zuba	PFL	PSDB/PFL
Herivelton Alves Luiz	PL	PDT/PL
João Batista Pinheiro	PMDB	PMDB/PTB
Jeziel de Quadros Carvalho	PP	SEM COLIGAÇÃO
José Vieira Cunha	PMDB	PMDB/PTB
Natalino Oliveira Silva	PSDB	PSDB/ PFL
Nilson Rodrigues da Silva	PP	SEM COLIGAÇÃO
Ricardo Soares de Oliveira	PL	PDT/PL

Fonte: TSE, 2000

Observa-se no Quadro 2 que das nove cadeiras no Legislativo municipal três são ocupadas pela coligação entre PSDB/PFL. Ressalta-se que esses partidos estavam coligados em nível federal e conquistaram dois mandatos consecutivos de presidente da República com Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Naquele momento, essa composição da Câmara é marcada por parlamentares de partidos de centro/direita e direita.

Nas terceira e quarta eleições para Executivo municipal em 2004 e 2008, respectivamente, a chefia do executivo foi conquistada por Marcelo Ferrante Maia (PSDB), antigo integrante do PPB (TSE, 2004; 2008). Nessas eleições, o Legislativo apresenta representantes de partidos de esquerda, como mostra Quadro 3.

Quadro 3 - Resultado da Eleição Legislativa de Glaucilândia, 2004

Eleitos	Partidos Políticos	Mandato
Adilson Ferreira da Silva	PTB	3°

Antônio da Rocha Caldeira	PDT	1°
Camilo Manuel Zuba	PFL	1°
João Batista Pinheiro	PMDB	1°
João Raimundo de Castro	PSDB	1°
Leonardo de Castro Leão	PMDB	1°
Nilson Rodrigues da Silva	PL	1°
Onofre Nunes Sobrinho	PSDB	1°
Rafael Cardoso dos Santos	PT	1°

Fonte: TSE, 2004

Observa-se no Quadro 3 uma renovação quase total dos vereadores, mas PMDB e PSDB continuam presentes com quase o mesmo número de cadeiras obtidas nas eleições anteriores. A inovação observada é a eleição de um mandato do PT, um partido da esquerda que nas eleições de 2002 também havia conquistado a presidência da República com Luiz Inácio Lula da Silva.

Quadro 4 – Resultado da Eleição Legislativa de Glaucilândia, 2008

Eleitos	Partidos Políticos	Mandatos
Antônio da Rocha Caldeira	PDT	2°
João Batista Pinheiro	PMDB	2°
José Aparecido Pereira Zuba	PSDB	1°
José Arnaldo da Cunha	PT	2°
José Vieira da Cunha	PMDB	2°
Lylían Aparecida Pereira Zuba	PSDB	1°
Maria Ferreira Leal	PR	1°

Onofre Nunes Sobrinho	PSDB	2°
Rafael Cardoso dos Santos	PT	2°

Fonte: TSE, 2008

Nessa eleição, chama atenção o fato de o PT conquistar duas cadeiras na Câmara, mas, em especial, nota-se a estabilidade do PMDB e PSDB nas eleições para o Legislativo.

Nas eleições de 2012, houve no município um novo representante executivo, eleito para o cargo na quinta eleição de Glaucilândia, pela coligação “MUDA GLAUCILÂNDIA”, o Sr. Geraldo Bicalho Noronha (PSB), e vice-prefeito, Geraldo Martins de Freitas, derrotando o advogado Bernardo Brant (DEM). A entrada do advogado na disputa política estaria na chave da sucessão de seu primo, Marcelo Ferrante Maia. Geraldo Bicalho Veloso foi eleito prefeito com 1.749 votos, mas em decorrência de problemas de saúde, veio a falecer em 04 de outubro de 2014. Geraldo Martins de Freitas, seu vice, assume o cargo de prefeito de Glaucilândia em 05 de outubro de 2014. Nessa eleição, a Câmara Municipal conta com os representantes apresentados no Quadro 5.

Quadro 5 - Resultado da Eleição Legislativa de Glaucilândia, 2012

Eleitos 2012	Partidos Políticos	Mandato
Waldenilson R. Santos	PSDB	1°
Eduardo Altino da Silva	PR	1°
Alexandro Mesquita	PSB	1°
Adilson F. da Silva	DEM	3°
Antônio da R. Caldeira	PDT	3°
Camilo Manuel Zuba	PMDB	2°
Advan Antônio Andrade	PTB	1°
José Vieira da Cunha	PMDB	3°

Gilberto F. dos Santos	PSDB	1°
------------------------	------	----

Fonte: TRE/MG, 2012

A eleição de 2016 foi marcada pela permanência do Sr. Geraldo Martins de Freitas (PMDB) como prefeito. A Câmara Municipal foi composta pelos candidatos eleitos conforme demonstrado no Quadro 6.

Quadro 6 - Resultado da Eleição Legislativa de Glaucilândia, 2016

Eleitos 2012	Partidos Políticos	Mandato
Waldenilson R. Santos	PP	2°
Eduardo Altino da Silva	PSDB	2°
Alexandro Mesquita	DEM	2°
Moacir Gonçalves de Souza	PMDB	3°
Adão de Jesus Pimenta	PDT	1°
Camilo Manuel Zuba	PSB	3°
Darcy José de Souza	PMDB	1°
José Vieira da Cunha	PMDB	4°
Moisés do Ônibus	PDT	1°

Fonte: CIDADE-BRASIL, 2016

A composição da Câmara Municipal parece refletir a profunda crise pela qual passa o PT que, com o impeachment de Dilma Rousseff (PT) em 2016, resultaram em um cenário diferente das eleições anteriores, não elegendo nenhum vereador. O PMDB se mantém estável e juntamente com o PDT, em tese, garantem a presença do centro/esquerda na Câmara do município de Glaucilândia.

O pleito municipal em Glaucilândia em 2020 resultou na eleição do Sr. Herivelton Alves Luiz (PSD) e seu vice, Moacir Gonçalves de Souza. Os representantes que, atualmente, compõem a Câmara Municipal são apresentados no Quadro 6.

Quadro 7 - Resultado da Eleição Legislativa de Glaucilândia, 2020

Eleitos 2020	Partidos Políticos	Mandato
Alexsandro Mesquita	PDT	3°
Igor Nataniel Braga	MDB	1°
Magno Alexandre Mesquita	MDB	1°
Sinelson Andrade Camara	MDB	1°
José Vieira Cunha	PT	5°
Darcy José de Souza	MDB	2°
Sérgio Rodrigues Costa	PT	1°
Vanduilton da Silva Maia	PDT	1°
Camilo Manoel Zuba	PDT	4°

Fonte: TSE, 2020

Observa-se que o resultado da eleição de 2020 para a Câmara de Vereadores de Glaucilândia traz a redução do número de partidos, que em 1996, chegou a 7, variando entre 7 e 5 vereadores e, em 2020, as cadeiras da casa legislativa são ocupadas por 3 partidos, configurando uma câmara de centro/esquerda.

Percepção sobre representação política, partidos políticos e atuação parlamentar entre os vereadores de Glaucilândia- MG

Para traçar o perfil dos entrevistados, utilizaram-se variáveis, como idade, sexo e quantitativo de mandatos exercidos. Salienta-se que as informações utilizadas resguardam o anonimato dos entrevistados, utilizando números para identificá-los (E1, E2, E3, sucessivamente) e suas falas foram destacadas em itálico. Todas as informações são relativas a

vereadores que atuaram de 2008 a 2020, uma vez que não se conseguiu entrevistar vereadores dos mandatos anteriores.

A faixa etária dos entrevistados possui concentração maior entre 40 e 50 anos, seguidos pelos mais jovens, com 32, 35 e 37 anos, e apenas um entrevistado com idade superior aos demais, com 78 anos. Como pode ser observado nos quadros que apresentam os vereadores e partidos nos pleitos eleitorais, a Câmara Municipal de Glaucilândia, nos anos de 2008 a 2020, foi predominantemente composta pelo sexo masculino, sendo apenas uma mulher eleita entre os dez entrevistados.

No que tange aos mandatos, seis entrevistados tiveram um mandato; um entrevistado com dois exercícios; dois entrevistados com três reconduções; e um entrevistado com cinco mandatos.

Entre os entrevistados, há incisivamente a afirmação de que estão ocupando um lugar de tomada de decisões e que essas deverão ser favoráveis à população. A longa citação do primeiro entrevistado ilustra essa afirmação:

Representação política tem que ser encarada como verdadeiramente é, você decidindo aquilo que o povo lhe solicita, é fazer a vontade das pessoas e não a sua. O contrato social de representação é assinado no momento em que eleitor vota no candidato e ele é eleito. Nesta ação recíproca de confiança acontece a multiplicação dos votos, porque o vereador passa a representar todo o município e não somente o “seu eleitor”. Verear é coletivo e não singular. Então, representar é decidir pela coletividade. O eleitor/cidadão tem que se sentir amparado e representado pelo legislativo. Quem representa a população é o vereador e ele tem a responsabilidade de fiscalizar e levar as reivindicações ao executivo. Isso é representar sem meias palavras (E1).

Um dos entrevistados articula representação à democracia: “*Representação para mim, é fazer valer a democracia, o dever de responder pelo povo, mas pelos seus desejos.*” (E2); e outros dois articulam representação à satisfação de interesses dos representados: “*Entendo que, é representar uma parcela ou segmento da sociedade. Defender os interesses dessa gama, se tornar referência desse setor e fazer com que esses interesses tenham oportunidade no legislativo.*” (E5); “*Representar o povo e buscar benefícios para a cidade*” (E7).

De forma geral, de acordo com as respostas, representação política para os entrevistados é uma ação recíproca de confiança, em que o representado, por meio do voto, atribui poderes a um representante que tomará decisões em prol do bem-estar coletivo. Os

entrevistados não problematizam muito o exercício da representação e apresentam a resposta esperada do que deveria ser o exercício do mandato. A tentativa de aprofundar sobre o cotidiano da vereança se deu com a problematização frente aos desafios e elementos que favorecem a atuação dos vereadores.

Dois dos entrevistados salientam a relação com o executivo como sendo fundamental para a sua atuação: *“Acho que uma boa estratégia é ser da base do atual prefeito. Isso facilita muito, pois, além de estar junto em reuniões, resolve-se com parceria os anseios da população.”* (E4); *“Um fator que acho importantíssimo é ser aliado ao prefeito. O trabalho se torna mais fácil pela boa relação entre os entes.”* (E6).

Essa questão também aparece na verbalização de E8 que reforça as relações institucionais entre Legislativo-Executivo, bem como as internas à Câmara: *“Ter um relacionamento harmonioso entre os vereadores pelo bem comum do município, além de uma boa interlocução com o executivo.”* (E8).

O quinto entrevistado ressalta a relação com os representados e com os pares como elemento facilitador fundamental para legislar: *“A presença constante com a população, ter discernimento entre a vida pública e privada, buscar pelo conhecimento de legislar e facilidade de se relacionar em todos os segmentos.”* (E5).

Entre quatro respondentes, encontra-se como resultado de ações que favorecem o cotidiano de vereança: *“Ter uma boa articulação com o executivo, ter uma participação ativa com a população atendendo suas demandas.”*, destacado da fala de E10. Essa variável Executivo/Legislativo foi retomada em outra perspectiva, a de um vereador eleito como oposição ao prefeito. O nono entrevistado apresenta as dificuldades de atuação quando se encontra no lugar de oposição.

Para mim, os principais desafios que encontro seriam pelo fato de eu ter sido eleito como oposição. Mesmo tendo uma boa relação com os demais vereadores e com o executivo, e me preocupando em servir ambos da melhor forma possível, é encontrado resistência dos mesmos (sic) em atender aos nossos requerimentos feitos e nossas demandas. Por não ter verba de gabinete para atender o povo e a cidade ser carente de postos de emprego, uma vez que muitas vezes tivemos que tirar do nosso próprio salário para amenizar as necessidades do povo (E9).

Dois dos dez entrevistados mencionam o clientelismo entre os desafios cotidianos dos vereadores e remetem a prática a uma expectativa dos eleitores. Na fala do segundo

entrevistado, essa questão se manifesta com referência ao tamanho do município. “A dificuldade do lugar pequeno é que o povo pensa que o vereador eleito tem obrigação de dar as coisas para eles, de forma individual.” (E2).

E o terceiro entrevistado afirma:

Vejo que são muitos os desafios. As pessoas falam do coletivo, porém, elas querem resolver seus problemas pessoais. Criou-se uma cultura que se enraizou em nossa sociedade, que é o toma lá dá cá. As pessoas deixam de acreditar em quem trabalha pelo coletivo, em quem atua na comunidade e contribui para seu crescimento. [...] O vereador é dos políticos o mais cobrado, porque ele está no dia a dia da comunidade. Ele é o agente político mais próximo do povo. Então, ele é o mais cobrado por tudo o que acontece ou deixa de acontecer (E3).

Ao mencionar os problemas acima, o vereador associa o “clientelismo” ao perfil dos componentes da Câmara:

Além disso, é preciso ter uma câmara mais bem formada na questão educacional, de entendimento de debate. Infelizmente, a falta disso, reflete na sociedade. Tudo evoluiu, e nossos representantes precisam estar mais bem preparados para discutir e debater projetos. O maior desafio talvez seja fazer com que a união por melhorias se torne o ponto forte para se elevar o nível da política (E2).

Observa-se que, na fala dos três entrevistados, o desconforto pela “distorção” das atribuições de um vereador está presente. Ela se manifesta, quando afirmam que a lógica deveria ser de um trabalho coletivo e fiscalizador, na concepção dos vereadores que assumiram que há expectativas das práticas clientelistas do “toma lá, dá cá” e assistencialistas atendendo a questões pessoais.

A percepção dos vereadores em relação aos Partidos políticos

O objetivo de tratar da percepção dos vereadores sobre os partidos políticos é observar se há laços partidários construídos na trajetória política do vereador e se há assistência/acompanhamento dos partidos junto aos vereadores na avaliação desses.

O fenômeno da troca de partidos está presente entre os vereadores de Glaucilândia, uma vez que seis dos dez entrevistados responderam que já foram filiados a mais de um partido. O quinto entrevistado diz acreditar na possibilidade de filiados com ideologia, mas ao se referir à vida prática afirma elementos mais pragmáticos como predominantes para os partidos e os políticos:

O partido político para alguns filiados tem fundamento histórico principalmente na questão social e de ideologia. Mais (sic) se referindo a história política do município vejo que a grande maioria utiliza a sigla para terem a condição de sair a candidatos. Mais (sic) o programa partidário não é colocado em prática. Usa se o

partido com interesses locais. Já vimos coligações com ideologia completamente diferentes em um mesmo palanque. Enfim usamos os partidos apenas para eleger o candidato e o partido finge que está certo e todos vivem nessa situação. Para o partido e bom que aumenta a representatividade no cenário nacional e para o candidato e bom para se eleger (E5).

Na linha do pragmatismo, o terceiro entrevistado assinala as regras do sistema eleitoral brasileiro e associa a escala do município ao perfil dos eleitores como elementos para vinculação a partidos:

Na verdade, o partido político deveria ter mais importância, principalmente no diz respeito aos princípios e convicção. E infelizmente, numa cidade pequena como a nossa, o partido só tem importância para registro de candidatura. A maioria dos eleitores vota na pessoa e não no partido. Não existe um elo entre eleitores e partidos. Existe entre pessoas, seres humanos. Tanto é verdade que os candidatos mudam de partido de acordo com seus interesses. É apenas uma sigla. Outra verdade é que numa “cidadezinha” como a nossa ninguém sabe o que é partido de direita, esquerda, centrão, etc. Ou seja, nós precisamos de um partido para sermos candidatos. Então, se conseguirmos um partido de maior expressão isso facilita o trabalho posterior, por que o apoio dos deputados é muito bom para o desenvolver da legislatura. Então, partidos podem ser importante para o vereador na medida em que ele tem apoio do deputado e prefeito ao qual ele apoia. Fora isso, partido serve somente para registro de candidatura (E3).

Um dos entrevistados salienta certa importância do partido para uma candidatura a vereador quando o quadro partidário ou de aliados apresenta nomes fortes na concorrência no executivo local ou tem representantes na Assembleia Legislativa que pode transferir ou criar expectativa de que poderá trazer recursos para o município. Transcreve-se a fala dele na íntegra:

Então, partido é uma questão delicada aqui em Glaucilândia. Ele é importante quando se observa se você é a favor ou contra o prefeito. A chance de você ser eleito é muito maior quando o candidato cotado a ser eleito é do mesmo partido que você, aqui entra também a questão do apoio do deputado que te possibilita uma proximidade e chances de aquisição de benefícios para o município. No mais, para nossa realidade é só por ser uma obrigatoriedade, por que no dia-a-dia não prevalece (E10).

A partir das considerações dos entrevistados, é possível concluir que os partidos na esfera de articulações da política no município de Glaucilândia não apresentam grande relevância. Essa percepção está fundamentada na baixa expressão dos partidos junto aos eleitores e ao desconhecimento desses sobre ideologias políticas.

Considerações finais

A representação política pela óptica dos entrevistados, em grande maioria, revela resultados esperados, vinculando-se à relação representante/representado e ao processo decisório a favor da população. Porém, ao falarem do processo cotidiano, mencionam as expectativas dos eleitores relativas ao atendimento de demandas individuais levando a uma

prática clientelista e assistencialista. Essa afirmação é relacionada ao desconhecimento sobre política e ideologia de eleitores e ao perfil de membros da Câmara Municipal.

Sobre os partidos políticos, os dados demonstram a presença constante do PMDB e do PSDB em todas as legislaturas municipais, o que mostra que a estratégia do PMDB/MDB de investimento nas eleições municipais tem sido exitosa em Glaucilândia, não apenas na cidade, mas por se tratar de um partido com forte capilarização presente principalmente em eleições municipais pelo país. Outro fenômeno constante observado entre os vereadores foi a mudança de partidos, o que é uma marca do sistema partidário brasileiro – a filiação partidária e a visão sobre os partidos estão assentadas numa perspectiva profundamente pragmática, primeiramente, por ser uma necessidade para atendimento da regra eleitoral e, em segundo, pela possibilidade de angariar recursos advindos dos quadros partidários e se favorecer com eles.

No caso do PT, a condição política nacional parece ter tido interferência na eleição de partidários no âmbito do município de Glaucilândia. Mas é necessário investigar melhor os elementos que influenciaram a eleição da não eleição de vereadores no período da crise que acometeu a partir de 2014, com reflexo nas eleições de 2016.

Referências

AMARAL, Oswaldo E. do. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.7, n.2, p.11-32, maio-ago. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/38429/26636>. Acesso em: 20 jan. 2021.

CARREIRÃO, Yan de Souza. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília-DF, n. 14, p. 255-295, 2014.

CIDADE-BRASIL. **Eleições Glaucilândia-MG, 2016**. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/resultatdos-da-eleicao-glaucilandia.html>. Acesso em: 24 maio 2023.

CIDADE-BRASIL. **Eleições Glaucilândia-MG, 2020**. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/resultatdos-da-eleicao-glaucilandia.html>. Acesso em: 15 nov. 2021.

DIAS, Márcia Ribeiro. **Sob o signo da participação popular** – O orçamento participativo e o dilema da câmara municipal de Porto Alegre. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Municípios no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 25 out. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estados-Glaucilândia-MG, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/glaucilandia.html>. Acesso em: 13 nov. 2021.

LOPEZ, Felix; ALMEIDA, Acir. Legisladores, captadores e assistencialistas: representação política no nível local. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v, 25, n. 62, p. 157-181, jun., 2017.

LOPEZ, Felix G.; ACIR, Almeida. **Representação política local**: padrões de atuação dos vereadores em quatro cidades mineiras. Brasília: IPEA (texto para discussão 1625), 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 10 de outubro de 2021.

LOUREIRO, Maria Rita. Interpretações contemporâneas da representação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília-DF, n.1, n.1, jan.-jun. 2009

MACIEL, Ana Paula Brito; ALARCON, Anderson de Oliveira; GIMENES, Éder Rodrigo. Partidos políticos e espectro ideológico: parlamentares, especialistas, esquerda e direita no Brasil. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, Brasília-DF, v. 8, n. 3, 2017.

MAIR, Peter. Os partidos e a democracia. **Análise Social**, Lisboa-Pt., v. XXXVIII, n.167, p. 277-293, 2003.

MARTINS, Thais Cavalcante. Organização e funcionamento da política representativa local: O caso do município de São Carlos. **Revista Agenda Política**, v,3, n 2, p. 184-209 jul./dez. 2015.

MENDONÇA, José Carlos. Partidos políticos: da visão dos clássicos aos desafios da (pós) modernidade. **Revista Eletrônica da Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v.4, n.2, 2008. DOI: <https://doi.org/10.5007/1806-5023.2008v4n2p67>.

MELO, Carlos Ranulfo. Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro. In: MELO, Carlos Ranulfo; saez, Manuel Alcântara (Org.). **A democracia brasileira**: balanço e perspectivas para o século 21. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

NUNES, Edson. **A gramática política no Brasil**: clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Zahar, Brasília: ENAP,1997.

PITKIN, Hanna Fenichel. O conceito de representação. In: CARDOSO, Fernando Henrique; MARTINS, Carlos Estevam (Org.). **Política & Sociedade**. São Paulo: Companhia Editora

Nacional, 1979. v. 2, *apud* LOUREIRO, Maria Rita. Interpretações contemporâneas da representação. **Revista brasileira de ciência política**, Brasília, n.1, jan.-jun. 2009.

SINGER, André. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994. São Paulo: USP, 2002.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 45, p. 149-165, 2013.

TRE - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. **Partidos políticos registrados no TSE**, 2021. Disponível em: <https://www.tre-sp.jus.br/partidos/partidos-politicos>. Acesso em: 13 nov. 2021.

TRE/MG - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS. **Resultados Eleições 2012** -Por município. Glaucilândia, 2012. Disponível em: <https://apps01.tre-mg.jus.br/aplicativos/html/ele2012/consulta.html?p={filtro:%22resultado-por-municipio%22,titulo:%22Por%20munic%C3%ADpio%22}#>. Acesso em: 17 nov. 2021.

TSE - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Mudanças nas Eleições 2020**: fim das coligações para os pleitos proporcionais, 2020. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Outubro/mudancas-nas-eleicoes-2020-fim-das-coligacoes-para-os-pleitos-proporcionais>. Acesso em: 17 nov. 2021

TSE - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resultado da Eleição 1996, Glaucilândia-MG**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1996/resultados-das-eleicoes>. Acesso em: 15 nov. 2021.

TSE - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resultado da Eleição 2000, Glaucilândia-MG**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2000/resultado-da-eleicao-2000>. Acesso em: 15 nov. 2021.